

Richard Rorty

Texto original por Bjørn Hamberg
The Stanford Encyclopaedia of Philosophy
[<http://plato.stanford.edu/entries/rorty>]
Tradução: Leonel Coutinho Afonso
Revisão: Profa. Leda Maria de Moraes
Revisão Técnica: Prof. Paulo Roberto Margutti Pinto

A marca distinta e controversa do pragmatismo de Richard Rorty se expressa ao longo de dois eixos principais. Um é negativo – um diagnóstico crítico do que Rorty considera os projetos que definem a filosofia moderna. O outro é positivo – uma tentativa de mostrar como a cultura intelectual se pareceria, uma vez que nos libertássemos das metáforas que regem a mente e o conhecimento nas quais os problemas tradicionais da epistemologia e metafísica (e de fato, na visão de Rorty, a auto-concepção da filosofia moderna) estão enraizados. A parte central da crítica de Rorty é o ponto de vista provocativo presente em *Philosophy and the Mirror of Nature* (1979, daqui em diante referido como PMN). Neste livro e nos ensaios fortemente relacionados a ele reunidos em *Consequences of Pragmatism* (1982, daqui em diante referido como CP), o principal alvo de Rorty é a idéia filosófica de conhecimento como representação, como um espelhamento mental de um mundo externo à mente. Oferecendo uma idéia contrastante de filosofia, Rorty procurou integrar e aplicar as conquistas notórias de Dewey, Hegel e Darwin em uma síntese pragmatista do historicismo e naturalismo. Caracterizações e ilustrações de uma cultura intelectual pós-epistemológica, presente tanto no PMN (parte III) quanto no CP (xxxvii-xliv), são desenvolvidas de forma mais rica em trabalhos posteriores, tais como *Contingency, Irony, and*

Solidarity (1989, daqui em diante referido como CIS) e nos três volumes de artigos filosóficos, *Objectivity, Relativism, and Truth* (1991, daqui em diante referido como ORT); *Essays on Heidegger and Others* (1991, daqui em diante referido como EHO); e *Truth and Progress* (1998, daqui em diante referido como TP). Nesses escritos, que abordam um território intelectual mais amplo que o normal, Rorty oferece uma visão multifacetada e altamente integrada de pensamento, cultura e política que o tornou um dos mais amplamente discutidos filósofos que ainda escrevem.

- [1. Resenha Biográfica](#)
- [2. Contra a Epistemologia](#)
- [3. Cultura Pragmatizada](#)
- [4. Rorty e Filosofia](#)
- [Bibliografia](#)
- [Outros recursos na Internet](#)
- [Entradas Relacionadas](#)

1. Resenha Biográfica

Richard Rorty nasceu no dia 4 de outubro de 1931 na cidade de Nova Iorque. Ele cresceu, como ele narra em *Achieving Our Country* (1998, daqui em diante referido como AC), “na Esquerda reformista e anticomunista no meio do século” (AC 59), dentro de um círculo que combinava antistalinismo com ativismo social esquerdista. “Naquele círculo”, nos diz Rorty, “patriotismo americano, economia

redistribucionista, anticomunismo e pragmatismo deweyano se relacionavam de forma fácil e natural.” (AC 61) Em 1946 Rorty foi para a Universidade de Chicago, para um departamento de filosofia que na época incluía Rudolph Carnap, Charles Hartshorne e Richard McKeon, todos os quais foram professores de Rorty. Depois de se graduar em 1949, Rorty continuou em Chicago para completar seu mestrado (1952) com uma tese sobre Whitehead supervisionado por Hartshorne. De 1952 a 1956 Rorty esteve em Yale, onde ele escreveu uma dissertação cujo título era “The Concept of Potentiality.” Seu supervisor era Paul Weiss. Depois de completar seu Ph.d., seguido por dois anos no exército, Rorty recebeu sua primeira indicação acadêmica para trabalhar em Wellesley College. Em 1961, depois de três anos em Wellesley, Rorty mudou-se para a Princeton University onde ele ficou até mudar para a Universidade de Virginia, em 1982, como Professor Kenan de Humanidades. Rorty deixou a Universidade de Virginia em 1998, aceitando uma indicação para o Departamento de Literatura Comparativa na Stanford University. No curso de sua carreira, Rorty recebeu vários prêmios acadêmicos e homenagens, incluindo um prêmio da Sociedade Guggenheim (1973-74) e um da Sociedade MacArthur (1981-1986). Ele apresentou várias palestras de prestígio, dando, entre outras, as palestras Northcliffe no University College em Londres (1986), as palestras Clark no Trinity College em Cambridge (1987) e as palestras Massey em Harvard (1997)

2. Contra a Epistemologia

- 2.1 Behaviorismo Epistemológico
- 2.2 Antirepresentacionalismo

- 2.3 Racionalidade, Ciência e Verdade

Na visão de Rorty, A epistemologia moderna é não só uma tentativa de legitimar nossa alegação de conhecimento do que é real, mas também uma tentativa de legitimar a própria reflexão filosófica – uma tarefa premente, por várias razões, uma vez que o advento da nova ciência gradualmente deu conteúdo para uma idéia de conhecimento obtido pela interrogação metódica da própria natureza. Porque o resultado desse tipo de interrogação, o conhecimento empírico teórico, é tão obviamente frutífero, e também carrega consigo normas incontroversas de progresso, sua mera presença coloca um desafio de legitimação para uma forma de pensamento e alegação de conhecimento que é diferente dele. A epistemologia cartesiana, na descrição de Rorty, é feita para enfrentar esse desafio. Ela é cética de uma maneira fundamental; Dúvidas céticas de um tipo Cartesiano, isto é, dúvidas que podem ser levantadas sobre qualquer conjunto de qualquer tipo de alegações empíricas e portanto não podem ser aliviadas pela experiência, são feitas sob encomenda para preservar de uma vez por todas um domínio e um trabalho para a reflexão filosófica. O objetivo de Rorty no PMN é desestruturar as pressuposições que permitem que esse projeto de dupla legitimação faça sentido.

2.1 Behaviorismo Epistemológico

A convicção básica por trás do ataque de Rorty à epistemologia representacionista feita no PMN é a de que qualquer vocabulário é opcional e mutável. O livro informa, por exemplo, a genealogia (capítulo um) e desconstrução (capítulo dois) do conceito de mente oferecido na primeira parte do

livro, “Our Glassy Essence.” Essa convicção historicista, no entanto, não é ela mesma um tema central do PMN, e ela só emerge para a discussão explícita na seção final do livro, “Philosophy,” que é a mais curta e, em alguns aspectos, a menos desenvolvida de suas três partes. O núcleo argumentativo do PMN é encontrado em sua segunda parte, “Mirroring.” Aqui, Rorty desenvolve e estende um grupo diverso de argumentos – notavelmente de Wilfrid Sellars, Willard Van Orman Quine, Thomas Kuhn, Ludwig Wittgenstein e Donald Davidson – em uma crítica geral do projeto que define a epistemologia moderna, ou seja, as concepções de mente, conhecimento e filosofia passadas pelos séculos XVII e XVIII. A alegação chave de Rorty é a de que “a imagem kantiana de conceitos e intuições se juntando para produzir conhecimento é necessária para dar sentido à idéia de ‘teoria do conhecimento’ como uma disciplina especificamente filosófica, distinta da psicologia.” (PMN 168).

Segundo Rorty,

Isso é equivalente a dizer que se nós não tivermos uma distinção entre o que é “dado” e o que é “adicionado pela mente,” ou entre o “contingente” (porque é influenciado por aquilo que é dado) e necessário (porque está completamente “dentro” da mente e sob seu controle), então nós não saberemos o que contaria como “reconstrução racional” do nosso conhecimento. Nós não saberemos o que o objetivo ou método da epistemologia poderiam ser. (PMN 168-9)

Epistemologia, na visão de Rorty, é associada a uma imagem da estrutura da mente trabalhando no conteúdo empírico para produzir em si mesma itens –

pensamentos, representações – que, quando as coisas vão bem, espelham corretamente a realidade. Diminuir a força dessa imagem em nosso pensamento é desafiar a idéia de que a epistemologia – seja a cartesiana tradicional, seja a lingüística do século XX – é a essência da filosofia. Para alcançar esse fim, Rorty combina uma leitura do ataque de Quine a uma versão da distinção entre estrutura e conteúdo em “Two Dogmas of Empiricism” (1952), com uma leitura do ataque de Sellars à idéia do dado em “Empiricism and the Philosophy of Mind” (1956/1997). Na leitura de Rorty, apesar de nem Sellars nem Quine serem completamente capazes de receber a influência libertadora um do outro, eles estão, na verdade, atacando a mesma distinção ou grupo de distinções. Enquanto Quine lança dúvidas sobre a noção de estrutura ou significado que a epistemologia transformada lingüisticamente colocou no lugar das entidades mentais, Sellars, questionando a própria idéia do dado, atacou à distinção pelo outro lado:

... Sellars e Quine evocam o mesmo argumento, um que sustenta a igualdade entre as distinções dado-versus-não-dado e necessário-versus-contingente. A premissa crucial desse argumento é que nós entendemos o conhecimento quando entendemos a justificação social de crença, e portanto não temos necessidade de vê-la como precisão de representações. (PMN 170)

O resultado final das críticas de Quine e Sellars aos mitos e dogmas da epistemologia é, como Rorty sugere, que “nós vemos o conhecimento mais como uma matéria de conversação e práticas sociais do que como uma tentativa de espelhar a natureza.” (PMN 171) Rorty oferece uma explicação a essa visão: “Explicando a racionalidade e a autoridade epistêmica por referência ao que a

sociedade nos deixa dizer, ao contrário de explicar o último pelo primeiro, é a essência do que eu chamarei de 'behaviorismo epistemológico,' uma atitude comum a Dewey e a Wittgenstein." (PMN 174)

O behaviorismo epistemológico não deixa espaço para o tipo de legitimação transcendente à prática que Rorty identifica como a aspiração da epistemologia moderna. Pressupondo que as práticas epistêmicas divergem, ou ao menos podem divergir, não é surpresa alguma que o comprometimento de Rorty com o behaviorismo epistêmico leve a cargas de relativismo ou subjetivismo. Na verdade, muitos que compartilham o ceticismo historicista quanto a ambições transcendentais da epistemologia – críticos amigáveis como Hilary Putnam, John McDowell e Daniel Dennett – são contra a idéia de que não há restrições para o conhecimento exceto os conversacionais. Ainda assim, esse é uma parte central da posição de Rorty, repetida e elaborada mesmo recentemente, como no TP. De fato, ele a evoca precisamente para defletir esse tipo de crítica. Em "Hilary Putnam and the Relativist Menace," Rorty diz:

Resumindo, minha estratégia para escapar das dificuldades auto-referenciais nas quais "o Relativismo" vive se colocando é mover tudo da epistemologia e metafísica para a política cultural, desde alegações de conhecimento e apelos para a auto-evidência a sugestões sobre o que nós devemos tentar. (TP 57)

É mais fácil ver que o behaviorismo epistemológico é diferente de outras formas de relativismo e subjetivismo sob a luz da crítica de Rorty à noção de representação e às inúmeras imagens filosóficas que a cercam.

2.2 Antirepresentacionismo

A posição duradoura de Rorty quanto ao relativismo e ao subjetivismo é a de que ambos são produtos do paradigma representacionista. Apesar do tema ser explícito em PM e CP (“ Pragmatism, Relativism, Irrationalism”), é com a apropriação futura que Rorty faz de Davidson que sua crítica à idéia de conhecimento como representação fica completamente elaborada (ORT “Introduction” e Parte II). Partindo da crítica à distinção entre esquema e conteúdo feita por Davidson (“On the Very Idea of Conceptual Scheme”) e da teoria da verdade como correspondência (“The Structure and Content of Truth”), Rorty é capaz de dar suporte à sua rejeição de qualquer posição ou projeto filosófico que tente traçar uma linha geral entre o que é feito e o que é encontrado, o que é subjetivo e o que é objetivo, o que é mera aparência e o que é real. A posição de Rorty não é a de que esses contrastes conceituais nunca têm aplicações, mas que tais aplicações são sempre ligadas a contextos e interesses e que não há, como no caso da mencionada noção de verdade, nada a ser dito sobre eles em geral. O comprometimento de Rorty com a visão conversacionista de conhecimento deve portanto ser distinguida do subjetivismo ou do relativismo que, como Rorty argumenta, pressupõem as próprias distinções que ele busca rejeitar. Igualmente, o behaviorismo epistemológico de Rorty não deve ser confundido com um idealismo que afirma a primazia do pensamento ou linguagem com respeito ao mundo não mediado, já que essa é, também, uma posição podada pela posição Davidsoniana de Rorty. Sob a luz da visão de verdade e significado que Rorty apropria de Davidson, seu conversacionalismo não é um problema de dar prioridade ao subjetivo sobre o objetivo, ou ao poder da mente sobre a restrição do mundo. Ao invés disso, ele é o outro lado de seu

antirepresentacionalismo, que nega que estejamos relacionados com o mundo em outros termos que não sejam causais. Em outras palavras, Rorty argumenta que nós não podemos dar qualquer conteúdo útil para a noção de que o mundo, por sua própria natureza, racionalmente restringe escolhas de vocabulário com o qual lidar. (TP “The Very Idea of Human Answerability to the World: John McDowell’s Version of Empiricism”).

2.3 Racionalidade, Ciência e Verdade

Atacando a idéia de que nós devemos reconhecer a restrição normativa do mundo sobre nossos sistemas de crenças se formos sujeitos racionais, Rorty traçou um grande número de críticas que levam as ciências, particularmente as ciências naturais, como o ponto principal de referência. Dois pontos gerais de crítica são freqüentemente levantados. O primeiro insiste que a ciência consiste precisamente no esforço de aprender a verdade sobre como as coisas são através de metodicamente nos permitirmos ter nossas crenças restringidas pelo mundo. Sobre essa visão, Rorty está simplesmente negando a própria idéia de ciência. O outro tipo de crítica procura ser interno: se a visão de ciência de Rorty fosse prevalecer, os cientistas não se sentiriam mais motivados a continuar como são; a ciência deixaria de ser a coisa útil que Rorty acha que ela é (veja, por exemplo, Bernard Williams, “Auto da Fe” em Malachowski). No entanto, a visão de Rorty sobre a ciência é mais complicada do que ele mesmo às vezes mostra. Ele diz: “Eu tendo a ver a ciência natural como parte do negócio de controlar e prever coisas, e como largamente inútil para propósitos filosóficos.” (“Reply to Hartshorne,” Saatkamp 32) Ainda assim ele passa uma boa parte do tempo traçando uma imagem alternativa das virtudes intelectuais que a boa ciência

incorpora (ORT Parte I). Essa é uma imagem que evita a noção de que a ciência tem sucesso, quando tem, em virtude de estar em contato com a realidade de uma maneira especial, o tipo de maneira que os epistemologistas, quando têm sucesso, conseguem clarificar. É especificamente nesse sentido que Rorty nega a ciência como filosoficamente significativa. A boa ciência pode ainda assim ser um bom modelo de racionalidade, segundo Rorty, exatamente na medida em que a prática científica teve sucesso em estabelecer instituições que conduzem a uma troca democrática de visões.

A força provocativa e contraintuitiva do tratamento que Rorty dá à racionalidade e à ciência em termos da ética conversacional é inegável. Por outro lado, é importante perceber que Rorty não está negando a existência de qualquer uso *bona fide* de noções como verdade, conhecimento e objetividade. Na verdade, o argumento de Rorty é o de que nosso uso ordinário dessas noções sempre negociam seu conteúdo e apontam para características particulares dos seus variados contextos de aplicação. Seu próximo argumento é o de que quando nós abstraímos para fora desses diferentes contextos e práticas em busca de noções gerais, nós ficamos com hipotetizações puras e abstratas incapazes de nos prover com qualquer guia para a ação. O resultado final, segundo Rorty, é que nós simplesmente não temos um conceito de realidade objetiva que pode ser evocado tanto para explicar o sucesso de alguns grupos de normas de garantia, quanto para justificar que alguns grupos de padrões superem outros. Talvez isso fique mais claro no tratamento que Rorty dá ao conceito de verdade. Com respeito à verdade, a retórica e a estratégia filosófica de Rorty realmente mudou nas últimas três décadas. Mesmo tão tardiamente quanto em 1982 (no CP) ele ainda tenta articular sua visão de verdade utilizando-se da famosa definição de

William James em termos do que é bom segundo a crença. Logo depois disso, no entanto, Rorty começa a duvidar da utilidade de qualquer teoria da verdade, e seguindo o caminho de Davidson, rejeita todas as tentativas de explicar a noção de verdade em termos de outros conceitos. A visão madura que Rorty tem da utilidade e significância do conceito de verdade é elaborada pela primeira vez em “Davidson, Pragmatism and Truth,” em *ORT*. Expressões recentes são encontradas na primeira de duas palestras sobre Espinosa proferidas na Universidade de Amsterdã em 1997, “Is it Desirable to Love Truth?”, no artigo “Is Truth a Goal of Inquiry? Donald Davidson versus Crispin Wright” (TP), assim como nas introduções de TP e PSH respectivamente. Nesses escritos Rorty argumenta que enquanto a “verdade” tem vários usos importantes, ela mesma não tem um objetivo pelo qual nós possamos lutar, acima e além de garantias ou justificações. Seu argumento não é o de que a verdade é redutível a garantia, mas que o conceito não tem nenhum conteúdo criterial profundo ou com substância. Quer dizer, só existem explicações semânticas a serem oferecidas para explicar por que é o caso que uma dada sentença é verdadeira somente quando suas condições de verdade são satisfeitas. Então, buscar a verdade, em oposição a garantia, não aponta para uma linha de ação possível, pois nós não temos medida alguma de que estamos nos aproximando da verdade a não ser um aumento de garantia. De fato, para Rorty, isso é o que faz o conceito tão útil, de modo não coincidentemente análogo à bondade; ele garante que nenhuma sentença pode ser analiticamente certificada como verdadeira em virtude de possuir alguma outra propriedade. A atitude de Rorty perante o conceito de verdade tem sido muito criticada, geralmente no domínio de que a própria noção de garantia, de fato o conceito de crença em geral, pressupõe a noção de verdade. No entanto, pode ser que nós possamos justificar essas conexões sem

supor que a noção de verdade assim envolvida serve de suporte para as noções de crença e garantia com qualquer conteúdo normativo substantivo próprio. De fato, a idéia de que nem o conceito de verdade, nem os de objetividade e realidade, podem ser evocados para explicar ou legitimar nossas práticas inferenciais e nossos padrões de garantia, é a essência do conversacionalismo de Rorty, ou behaviorismo epistemológico.

3. Cultura Pragmatizada

- 3.1 Naturalismo
- 3.2 Liberalismo
- 3.3 Etnocentrismo

Assimilar o behaviorismo epistemológico, segundo Rorty, significa que nós não podemos mais construir a autoridade da ciência em termos de alegações ontológicas. Apesar de muitos discordarem, isso não significa, para Rorty, denegrir ou enfraquecer a autoridade da ciência. De fato, uma característica proeminente da cultura pós-metafísica e pós-epistemológica de Rorty é passar pelo naturalismo darwiniano.

3.1 Naturalismo

Ser naturalista no sentido de Rorty,

é ser o tipo de antiessencialista que, como Dewey, não vê quebras na hierarquia de ajustes aos novos estímulos cada vez mais complexos – a hierarquia que tem amebas se ajustando a mudanças de temperatura na água no fundo, abelhas dançando e jogadores de xadrez dando xeque-mate no meio, e pessoas fomentando revoluções científicas, artísticas e políticas no topo. (ORT 109)

Na visão de Rorty, tanto o pragmatismo de Dewey quanto o darwinismo nos encorajam a ver vocabulários como ferramentas a serem referidas em termos dos propósitos particulares aos quais elas podem servir. Nossos vocabulários, sugere Rorty, “não têm uma relação mais *representacional* com uma natureza intrínseca das coisas do que o focinho dos tamanduás ou a habilidade dos pássaros jardineiros quando estão tecendo.”(TP 48)

A avaliação pragmatista de várias práticas lingüisticamente carregadas requer um grau de especificidade. Da perspectiva de Rorty, sugerir que nós poderíamos avaliar vocabulários tendo em vista suas habilidades de desvelar a verdade seria como pretender avaliar ferramentas por suas habilidades de nos ajudar a conseguir o que queremos – ponto final. Qual é o melhor? O martelo, a serra ou a tesoura – em geral? Perguntas sobre a utilidade só podem ser respondidas, como Rorty sugere, uma vez que nós damos substância aos nossos propósitos.

A apropriação pragmatista que Rorty faz de Darwin também ameniza a significância da redução. Ele rejeita o tipo de naturalismo que implica em um programa de redução nomológica ou conceitual a termos comuns em uma ciência básica como representacionista. O naturalismo de Rorty ecoa com o

perspectivismo de Nietzsche; um vocabulário descritivo é útil na medida que os padrões que ele enfatiza sejam utilizados por criaturas com necessidades e interesses como os nossos. O naturalismo darwiniano, para Rorty, implica que não há um vocabulário privilegiado cujo propósito é servir como a referência crítica de nossas práticas descritivas.

Para Rorty, então, qualquer vocabulário, até o da explicação evolucionária, é uma ferramenta com um propósito, e portanto sujeito ao julgamento teleológico. Tipicamente, Rorty justifica seu próprio comprometimento com o naturalismo darwiniano sugerindo que esse vocabulário encaixa com uma maior secularização e democratização da sociedade que Rorty pensa que nós deveríamos buscar. Da mesma forma, há uma relação próxima entre a construção feita por Rorty do naturalismo que ele apoia e suas mais básicas convicções políticas.

3.2 Liberalismo

Rorty se auto-proclama como parte da burguesia liberal romântica, alguém que acredita que reformas paulatinas avançam a justiça econômica e aumentam as liberdades que os cidadãos são capazes de usufruir. O imperativo chave da agenda política de Rorty é o aprofundamento e o alargamento da solidariedade. Rorty é um cético em relação ao radicalismo; um pensamento político que posa de desvelador de causas escondidas e sistemáticas para a exploração e a injustiça, e com base nisso propõe fortes mudanças para consertar as coisas. (ORT Parte III; EHO; CIS Parte II; AC) A tarefa do intelectual, com respeito à justiça social, não é prover refinamentos de uma teoria social, mas nos sensibilizar para o sofrimento dos outros e refinar, aprofundar e expandir nossa

habilidade de se identificar com outros, de pensar sobre os outros como nossos semelhantes em maneiras moralmente relevantes. (EHO Parte III; CIS Parte III) O liberalismo reformista, com seu comprometimento com a expansão de liberdades democráticas em uma solidariedade política cada vez maior é, na visão de Rorty, uma contingência histórica que não tem base filosófica e não precisa dela. Reconhecer a contingência desses valores e do vocabulário no qual eles são expressos, ao mesmo tempo em que se mantêm os comprometerimentos, é a atitude do ironista liberal. (CIS ensaios 3,4) Ironistas liberais têm a habilidade de combinar a consciência da contingência de seu próprio vocabulário avaliativo com um comprometimento com a redução do sofrimento – em particular, com um comprometimento com o combate à crueldade. (CIS ensaio 4, ORT Parte III) Eles promovem sua causa mais através de redescrições do que de argumentos. A diferença entre o discurso argumentativo e a redescrição corresponde à diferença entre proposições e vocabulários. Mudança na crença pode ser resultado de um argumento convincente. Uma mudança no que nós percebemos como candidatos interessantes ao valor-verdade é resultado da aquisição de novos vocabulários. Rorty identifica o romantismo com a visão de que o segundo tipo de mudança é mais significativa. (CIS “Introduction”, ensaio 1).

A versão romântica feita por Rorty do liberalismo também é expressa na distinção que ele traça entre o privado e o público. (CIS) Essa distinção é geralmente mal interpretada implicando que certos domínios de interação ou comportamento deveriam ser isentos de avaliação em termos moral, político ou social. No entanto, a distinção traçada por Rorty tem pouco a ver com tentativas tradicionais de traçar linhas de demarcação desse tipo entre um domínio privado e um público – determinar por quais aspectos de nossas vidas nós temos e por quais nós não

temos que responder publicamente. A distinção de Rorty, ao contrário, atinge os propósitos dos vocabulários teóricos. Nós deveríamos, enfatiza Rorty, estar “contentes em tratar as demandas de auto-criação e de solidariedade humana como igualmente válidas, e ainda assim eternamente incomensuráveis.” (CIS xv)

A visão de Rorty é a de que nós deveríamos tratar, de um lado, vocabulários para deliberações sobre bens públicos e arranjos sociais e políticos, e do outro, vocabulários desenvolvidos ou criados na busca de conquistas pessoais, auto-criação e auto-realização, como ferramentas distintas.

3.3 Etnocentrismo

O ironista liberal de Rorty, reconhecendo – e de fato, afirmando – a contingência de seus próprios compromissos, é explicitamente etnocêntrico. (ORT “Solidarity or Objectivity”) Para o ironista liberal,

... uma consequência do antirepresentacionalismo é o reconhecimento de que nenhuma descrição é feita do ponto de vista do olhar divino, nenhum gancho celeste provido por alguma ciência contemporânea ou ainda por ser desenvolvida vai nos livrar da contingência de termos sido aculturados da maneira que nós fomos. Nosso acultramento é o que faz de certas opiniões vivas, importantes, ou forçosas, enquanto deixa outras mortas, triviais ou opcionais. (ORT 13)

Então o ironista liberal aceita que o liberalismo burguês não tem outra universalidade senão aquela transiente e instável que o tempo, a sorte e o esforço

discursivo podem ganhar para ele. Essa visão parece, para muitos leitores, uma versão do relativismo cultural. A verdade é que Rorty não diz que o que é verdadeiro, o que é bom e o que é certo é relativo para um ethnos particular, e então, nesse sentido, ele não é um relativista. Mas a preocupação com o relativismo, que ele nos deixa sem uma maneira racional de adjudicar o conflito, parece se aplicar igualmente para a visão etnocêntrica de Rorty. A resposta de Rorty é dizer que, em um sentido de “racional”, isso é verdade, mas em outro sentido não é, e recomendar que nós larguemos o primeiro. A posição de Rorty é a de que nós não temos noção alguma de garantia racional que ultrapassa, ou transcende, ou estabelece as normas que os intelectuais liberais tomam como definidoras da discussão reflexiva, aberta e completa. É quimérico, sustenta Rorty, pensar que a força ou atratividade dessas normas podem ser aumentadas por um argumento que não as pressuponham. É igualmente inútil procurar acusar de irracionalidade aqueles que não as levam a sério. A persuasão quanto a diferenças tão fundamentais só é atingida, se é que é atingida, por comparações concretas de alternativas particulares, pela elaborada descrição e redescricao dos tipos de vida aos quais as diferentes práticas conduzem.

4. Rorty e Filosofia

- 4.1 Respostas às Críticas
- 4.2 Reivindicação ao Pragmatismo
- 4.3 Filosofia Analítica

O amplo escopo da desconstrução metafilosófica feita por Rorty, junto com um gosto por metáforas sem lastro e uma narrativa histórica rápida e ampla fizeram com que Rorty ganhasse uma forte reputação como um filósofo anti-filósofos. Enquanto seus escritos desfrutavam de um alto grau de popularidade além dos limites da profissão, o trabalho de Rorty é geralmente tratado com suspeita e ceticismo dentro da filosofia acadêmica.

4.1 Respostas às Críticas

Como nós vimos, em conexão com a atitude de Rorty perante a ciência, é particularmente o tratamento que ele dá à verdade e ao conhecimento que atraiu ataques de filósofos. Enquanto uma grande variedade de filósofos criticou esse ponto geral em uma grande variedade de maneiras, não é muito difícil discernir uma preocupação comum; a visão conversacionalista que Rorty tem da verdade e do conhecimento nos deixa completamente incapazes de explicar a noção de que uma visão razoável de como as coisas são é uma visão convenientemente restringida por como o mundo realmente é. Essa crítica é levantada contra Rorty não somente do ponto de vista do realismo metafísico e científico do tipo que Rorty espera que logo estarão extintos. Também é expresso por pensadores que têm alguma simpatia com a visão historicista de Rorty sobre o progresso intelectual e com suas críticas das características kantianas a platonistas da filosofia moderna. Frank B. Farrell, por exemplo, argumenta que Rorty falha em compreender a visão de Davidson sobre esse ponto, e alega que a visão conversacionalista que Rorty tem da restrição de crença é uma visão distorcida e sem-mundo da imagem davidsoniana de como ocorre a comunicação entre os agentes. De maneira similar, John McDowell, enquanto critica também as visões

de Davidson sobre a epistemologia, alega que a visão de Rorty da relação entre o agente e o mundo como meramente causal desrespeita a noção de que nosso próprio conceito de uma criatura com crenças envolve a idéia de uma restrição racional do mundo em nossos estados epistêmicos.

No entanto, os críticos estão preocupados não só com o que eles vêem como uma visão errônea de crença, verdade e conhecimento, seja ela de natureza relativista, subjetivista ou idealista. Uma razão importante para a alta temperatura de uma grande parte do debate que Rorty inspirou é a de que ele parece, para alguns, rejeitar os próprios valores que são a base para qualquer articulação da visão filosófica de verdade e conhecimento. Rorty é um crítico do papel do argumento no progresso intelectual, e descarta a própria idéia de teorias da verdade, do conhecimento, da racionalidade e afins. Filósofos como Hilary Putnam e Susan Haack têm cada vez mais focado nesse aspecto das visões de Rorty. Haack, em particular, coloca críticas a Rorty ao longo dessas linhas em termos morais; para ela, os esforços de Rorty em abandonar os conceitos básicos da epistemologia tradicional são sintomas de um cinismo vulgar, que contribui para o declínio da razão e da integridade intelectual que Haack e outros consideram característicos de muito do pensamento contemporâneo. A carga de irresponsabilidade intelectual é, às vezes, levantada ou ao menos sugerida, em conexão com o uso que Rorty faz de imagens históricas. A leitura que Rorty faz de Descartes e Kant em PMN tem geralmente sido desafiada, assim como seus usos mais construtivos de Hegel, Nietzsche, Heidegger e Wittgenstein. O tipo de apropriação de outros autores e pensadores feita por Rorty vai, às vezes, parecer violentar as visões e intenções dos protagonistas. Rorty, no entanto, é muito claro

quanto à razão retórica e aos limites acadêmicos desses tipos de redescrições, como ele explica em “The Historiography of Philosophy: Four Genres.”

4.2 Reivindicação ao Pragmatismo

Um ponto particularmente polêmico surgiu em conexão com a apropriação de Rorty de filósofos anteriores; leitores proeminentes do pragmatismo americano clássico expressaram grande reserva quanto a interpretação que Rorty faz de Dewey e Peirce, particularmente, e do movimento pragmatista em geral. Conseqüentemente, a colocação de Rorty sob o título de “pragmatista” tem sido contestada. Recentemente, as fortes alegações de Susan Haack sobre esse assunto têm recebido muita atenção, mas existem muitos outros. (Veja, por exemplo, as discussões sobre Rorty em Thomas M. Alexander, 1987; Gary Brodsky, 1982; James Campbell, 1984; Abraham Edel, 1985; James Gouinlock, 1995; Lavine, 1995; R.W. Sleeper, 1986; assim como os ensaios em Lenore Langdorf e Andrew R. Smith, 1995.) Para Rorty, a figura chave do movimento pragmatista americano é John Dewey, ao qual ele atribui muitas de suas doutrinas centrais. Em particular, Rorty encontra em Dewey uma antecipação de sua própria visão da filosofia como a idéia que dá suporte às ciências políticas, de uma visão não ontológica das virtudes de investigação, de uma concepção holística da vida intelectual humana e de uma concepção antiessencialista e historicista do pensamento filosófico. Para ler Dewey dessa maneira, no entanto, Rorty explicitamente separa o Dewey “bom” do “mau”. (Veja “Dewey’s Metaphysics,” CP, 72-89, e “Dewey between Hegel and Darwin,” em Saatkamp, 1-15.) Ele é crítico do que ele considera a recaída de Dewey na metafísica em *Experience and Nature*, e não tem paciência para a tentativa construtivista de

Logic: The theory of Inquiry. Rorty, assim, faz um esquema de avaliação no trabalho de Dewey o qual muitos estudiosos são contra. Lavine, por exemplo, alega que o “método científico” é o conceito central de Dewey (Lavine 1995,44). R.W. Sleeper sustenta que o objetivo de Dewey é mais a reforma da metafísica e da epistemologia do que sua eliminação (Sleeper 1986, 2, capítulo 6).

O pragmatista do qual Rorty menos gosta é Peirce, a quem ele considera como sujeito tanto ao dualismo esquema-conteúdo quanto a um grau de cientismo. Então, não é surpresa alguma que Haack, cujo próprio pragmatismo é inspirado por Peirce, considere a reestruturação do pragmatismo feita por Rorty literalmente indigna do nome. A quebra essencial de Rorty com o pragmatismo é fundamental; na mente de Haack, ao se situar em oposição à orientação epistemológica da filosofia moderna, Rorty acaba dispensando o próprio projeto que direcionou os trabalhos dos pragmatistas americanos. Enquanto o pragmatismo clássico é uma tentativa de entender e criar uma estrutura nova que legitima a investigação científica, sustenta Haack, o “pragmatismo” de Rorty (Haack faz questão de usar aspas) é simplesmente um abandono da própria tentativa de aprender mais sobre a natureza e as condições de adequação da investigação. Ao invés de nos ajudar em nossas aspirações de nos governarmos pelo pensamento racional, Rorty enfraquece nossa flexibilidade intelectual e nos deixa ainda mais vulneráveis à sedução retórica. Para Haack e seus simpatizantes, o pragmatismo de Rorty é perigoso, causando uma finalização na razão, e portanto, na filosofia.

4.3 Filosofia Analítica

Ainda assim, os impulsos fundadores da filosofia ocidental claramente se expressam na preocupação fundamental de Rorty com a conexão entre o pensamento filosófico e a busca da felicidade humana. A relação de Rorty com as tradições da filosofia ocidental é mais cheia de nuances do que sua reputação pode sugerir. Assim é, também, a relação de Rorty com a filosofia analítica em particular. Algumas vezes Rorty é mostrado como um renegado, como alguém que passou por uma transformação que foi de um filósofo analítico *bona fide* para outra coisa, e sobreviveu para contar um conto de libertação do encantamento da juventude. Essa imagem, no entanto, distorce tanto a visão de Rorty da filosofia analítica quanto a trajetória de seu pensamento.

No meio dos anos 60, Rorty ganhou atenção por sua articulação do materialismo eliminativo (cf., “Mind-Body Identity, Privacy and Categories,” 1965). Por volta da mesma época, ele também editou e escreveu uma longa introdução para um volume chamado *The Linguistic Turn* (1967, relançado com uma nova introdução em 1992). Apesar da introdução do volume de 1967 e de seus primeiros artigos em filosofia da mente mostrarem Rorty adotando estruturas para problemas filosóficos que desde então ele abandonou, estes escritos carregam, ao mesmo tempo, a marca da atitude metafilosófica fundamental que fica explícita na próxima década. No “Prefácio” de PMN, referindo-se a Hartshorne, McKeon, Carnap, Robert Brumbaugh, Carl Hempel e Paul Weiss, Rorty diz,

eu tive muita sorte em ter esses homens como meus professores,
mas, para melhor ou pior, eu tratei todos como se dissessem a

mesma coisa: que um “problema filosófico” era um produto da adoção inconsciente de um grupo de pressupostos embutidos no vocabulário no qual o problema foi dito – pressupostos que deveriam ser questionados antes que o próprio problema fosse levado a sério.

(PMN xiii)

Essa maneira de colocar a lição, no entanto, parece deixar aberta a possibilidade de que certos problemas filosóficos eventualmente possam ser legitimamente levados a sério – isto é, em aceitando-os no sentido de que eles precisam de soluções construtivas – desde que os pressupostos que sustentam suas formulações apareçam para uma devida inspeção crítica. Tomada dessa forma, a atitude que Rorty expressa aqui seria mais ou menos a mesma de todos os filósofos que diagnosticaram o trabalho de seus predecessores como uma mistura de pseudo-questões e problemas genuínos vagamente percebidos, problemas que agora, com uma estrutura adequada de questões totalmente clarificadas, podem ser tratados positivamente. Mas a força total da lição que Rorty aprendeu só emerge com a visão de que a noção de uma inspeção crítica adequada é ilusória. Para Rorty, legitimar os pressupostos nos quais um problema filosófico tem suas bases seria estabelecer que os termos que nós precisamos para colocar esse problema são obrigatórios, que o vocabulário no qual nós o encontramos é inescapável em princípio. Mas a construção que Rorty faz da virada lingüística, assim como sua proposta de eliminar o vocabulário do mental, estão realmente discordando da idéia de que nós podemos ter esperança de construir um vocabulário definitivo para a filosofia. Mesmo em seu início, a maneira como Rorty trata a filosofia é moldada pela convicção historicista de que nenhum vocabulário é inescapável em princípio. Isso significa que o progresso em filosofia é atingido

menos por soluções construtivas a problemas do que pela dissolução terapêutica de suas causas, isso é, através da invenção de novos vocabulários pelo lançamento de metáforas novas e frutíferas. (PMN “Introduction”; ORT “Unfamiliar Noises: Hesse and Davidson on Metaphor”)

Manter que nenhum vocabulário é final também é manter que nenhum vocabulário pode ser livre de pressuposições não tematizadas e, ainda assim, opcionais. Dessa forma, qualquer esforço para desviar de um problema filosófico fazendo com que tais pressupostos se tornem visíveis está sujeito a seu próprio desvio. Da mesma forma, o fato de que Rorty freqüentemente se distancia dos termos nos quais ele primeiramente estruturou argumentos e fez diagnósticos não é em si mesma razão alguma para impor sobre ele uma dicotomia temporal como alguns fizeram. Pode ser que os primeiros trabalhos de Rorty, inspirados por uma visão menos crítica, menos dialética dos trabalhos de Quine e Sellars do que a oferecida em PMN, são mais construtivos que terapêuticos tanto em tom quanto no jargão, e portanto, na perspectiva tardia de Rorty, errados em um sentido importante. No entanto, o que agrupa todo o trabalho de Rorty, através do tempo e dos temas, é sua completa falta de fé na idéia de que existe um vocabulário ideal, um que contenha todas as opções discursivas genuínas. Rorty chama essa fé de Platonismo (um tema importante em CIS). Que não existem formas inescapáveis de descrição é um pensamento que permeia o trabalho de Rorty desde os anos 60 até suas articulações terapêuticas tardias do pragmatismo. Essas caracterizações de pragmatismo em termos do anti-fundacionismo (PMN), do anti-representacionismo (ORT) e do anti-essencialismo (TP) são explicitamente parasíticas do esforço construtivo em epistemologia e metafísica, e tem o propósito de chamar a atenção para as várias maneiras que esses esforços

continuam sob o feitiço da fé platônica em conceitos ideais e formas obrigatórias de descrições.

O uso que Rorty faz de Quine e Sellars para colocar seus argumentos fundamentais contra a idéia de filosofia como um projeto de legitimação do conhecimento, assim como a articulação de sua crítica em termos de problemas filosóficos tipicamente “analíticos”, contribuiu para uma impressão de PMN como uma condenação interna da filosofia analítica como tal. Muitos – alguns felizes, outros desapontados – leram PMN como uma demonstração significativa da falência de uma das duas maiores correntes da filosofia ocidental. Tais leitores tiram apoio para essa visão também do fato de que muitos dos escritos de Rorty desde PMN têm estado preocupados em mostrar as virtudes em pensadores como Heidegger e Derrida. (EHO) Vinte anos depois, no entanto, parece melhor não correlacionar a divisão analítico-continental com mensagem de PMN, ou com Rorty. Em PMN, seu argumento central é o de que a filosofia precisa de se libertar das metáforas da mente como um meio de aparências, aparências as quais a filosofia precisa nos ajudar a separar entre as que são meras aparências e as que correspondem à realidade. Rorty mostrou esse argumento em um vocabulário que foi desenvolvido por filósofos anglo-americanos (seja por nascimento, naturalização ou adoção tardia) no curso do meio-século que o precedeu. Não é necessário, e provavelmente enganoso, ver a crítica de Rorty à epistemologia e aos pressupostos que fazem com que ela pareça digna, como uma crítica de um estilo filosófico particular ou um grupo de hábitos metodológicos. Ao ler PMN juntamente com os ensaios em CP (ver particularmente o ensaio 4, “Professionalized Philosophy and Transcendentalist Culture”, ensaio 12, “Philosophy in America Today”, e também “Introduction”), rapidamente se vê que

o alvo de PMN não é uma escola ou um ramo aceito da disciplina chamada “Filosofia Analítica”. Porque Rorty pensa que a filosofia não tem essência, não tem uma tarefa histórica que a define, falha ao definir um domínio especial de conhecimento, e não é, em resumo, um gênero natural (CP 226), ele não deixa espaço para esse tipo de crítica. Nem é sua intenção fazê-lo. Por volta da época da publicação de PMN, a visão de Rorty sobre esse assunto era de ‘que a “filosofia analítica” tem agora uma unidade somente estilística e sociológica’ (CP 217). Ele, então, qualifica esse argumento da seguinte maneira: “Ao dizer...[isso], eu não estou sugerindo que a filosofia analítica é uma coisa ruim ou está fora de forma. O estilo analítico é, penso eu, um bom estilo. O *esprit de corps* entre os filósofos analíticos é sadio e útil.” (CP 217) No entanto, enquanto Rorty aparentemente não carrega preconceitos contra a filosofia analítica em particular, a própria razão para sua tolerância – sua visão antiessencialista e historicista da filosofia e de seus problemas – tem, para muitos críticos, sido um ponto de objeção. Depois de seu pequeno elogio, Rorty continua:

Tudo que eu estou dizendo é que a filosofia analítica se tornou, quer ela queira, quer não, o mesmo tipo de disciplina que nós encontramos em outros departamentos de “humanidades” – departamentos onde pretensões ao rigor e ao *status* científico são menos evidentes. A forma de vida normal em humanidades é a mesma daquela nas artes e nas *belles-lettres*; um gênio faz algo novo, interessante e persuasivo e seus admiradores começam a formar uma escola ou um movimento. (CP 217-218)

Isso está em perfeita concordância com a atitude para com a noção de método filosófico que Rorty expressa 20 anos depois: “Os assim chamados métodos são simplesmente descrições de atividades adotadas por imitadores entusiásticos de uma ou outra mente original – O que Kuhn chamaria o “programas de pesquisa” os quais seus trabalhos desenvolveram.” (TP 10) A crítica metafilosófica de Rorty não é, então, direcionado para técnicas ou estilos ou vocabulários particulares, mas para a idéia de que problemas filosóficos são algo além das tensões transientes nas dinâmicas de vocabulários contingentes em evolução. Se sua crítica tem um enfoque específico contra a filosofia analítica, pode ser devido a um resquício duradouro de fé em problemas filosóficos como desafios intelectuais perenes o qual qualquer pensador honesto deve se dar conta, e que podem ser enfrentados por progressos na metodologia. O próprio Rorty, no entanto, não diz em lugar algum que essa fé é parte da filosofia analítica. Ao contrário, pareceria que os filósofos analíticos, pessoas como Sellars, Quine e Davidson, proveram Rorty de ferramentas críticas indispensáveis em seu projeto de ataque à legitimação epistemológica que tem sido uma preocupação central em filosofia desde Descartes.

Bibliografia

Escritos de Rorty

Abreviações

[PMN] *Philosophy and the Mirror of Nature*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1979.

[CP] *Consequences of Pragmatism*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1982.

[CIS] *Contingency, Irony, and Solidarity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

- [ORT] *Objectivity, Relativism, and Truth: Philosophical Papers, Volume 1*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- [EHO] *Essays on Heidegger and Others: Philosophical Papers, Volume 2*. [EHO] Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- [TP] *Truth and Progress: Philosophical Papers, Volume 3*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- [AC] *Achieving Our Country: Leftist Thought in Twentieth Century America*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1998.

Outros Escritos de Rorty

- "Pragmatism, Categories and Language." *Philosophical Review* 70, April 1961.
- "The Limits of Reductionism." In *Experience, Existence and the Good*, ed. Irwin C. Lieb, Southern Illinois University Press, 1961.
- "Empiricism, Extensionalism and Reductionalism." *Mind* 72, April 1963.
- "Mind-Body Identity, Privacy, and Categories." *Review of Metaphysics* 19, September 1965.
- (ed.), *The Linguistic Turn*. Chicago: University of Chicago Press, 1967. Second, enlarged, edition 1992.
- "Incorrigibility as the Mark of the Mental." *Journal of Philosophy* 67, June 1970.
- "In Defence of Eliminative Materialism." *Review of Metaphysics* 24, September 1970.
- "Verificationism and Transcendental Arguments." *Nous* 5, Fall 1971.
- "Indeterminacy of Translation and of Truth." *Synthese* 23, 1972.
- "Criteria and Necessity." *Nous* 7, November 1973.
- with Edward Lee and Alexander Mourelatos, (eds.), *Exegesis and Argument: Essays in Greek Philosophy presented to Gregory Vlastos*. Amsterdam: Van Gorcum, 1973.

- "Transcendental Arguments, Self-Reference and Pragmatism." In *Transcendental Arguments and Science*, ed. Peter Bieri, Rolf P. Hortsman, and Lorentz Kruger. Dordrecht: D. Reidel, 1979.
- "Contemporary Philosophy of Mind." *Synthese* 53, November 1982.
- "The Historiography of Philosophy: Four Genres." In Richard Rorty, J. B. Schneewind and Quentin Skinner, editors, *Philosophy in History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- "Beyond Realism and Anti-Realism." In *Wo steht die Analytische Philosophie heute?* ed. Ludwig Nagl and Richard Heinrich. Vienna: R. Oldenbourg Verlag, Munich, 1986.
- *Hoffnung statt Erkenntnis: Einleitung in die pragmatische Philosophie*. Vienna: Passagen Verlag, 1994. [This volume contains three lectures delivered in Vienna and Paris in 1993, and not published in English. The French version appeared as *L'Espoir au lieu de savoir: introduction au pragmatisme*, Paris: Albin Michel, 1995.
- "Responses." In *Rorty and Pragmatism: The Philosopher Responds to his Critics*, ed. Herman J. Saatkamp, Jr.. Nashville and London: Vanderbilt University Press, 1995.
- "Responses." In *Debating the State of Philosophy: Habermas, Rorty and Kolakowski*, eds. Jozef Niznik and John T. Sanders. Westport: Praeger Publishers, 1996.
- "Responses." In *Deconstruction and Pragmatism*, ed. Chantal Mouffe. London and New York: Routledge, 1996.
- "Introduction." In *Empiricism and the Philosophy of Mind*, by Wilfrid Sellars. Cambridge, Mass. and London: Harvard University Press, 1997.
- *Truth, Politics and 'Post-Modernism.'* *The 1997 Spinoza Lectures*. Amsterdam: Van Gorcum, 1997.
- *Philosophy and Social Hope*. Penguin, 2000.

- "Responses." In *Richard Rorty: The Philosopher Meets His Critics*, ed. Robert Brandom. Oxford and Cambridge, MA: Blackwell, 2000.

Literatura Secundária

- Alexander, Thomas M., *John Dewey's Theory of Art, Experience, and Nature: The Horizons of Feeling*. Albany: State University of New York Press, 1987.
- Brodsky, Gary, "Rorty's Interpretation of Pragmatism." *Transactions of the Charles S. Peirce Society*, 17, 1982.
- Brandom, Robert, ed., *Rorty and His Critics*. Oxford and Cambridge, Mass.: Blackwell, 2000.
- Campbell, James, "Rorty's Use of Dewey." *Southern Journal of Philosophy*, 22, 1984.
- Davidson, Donald, *Inquiries Into Truth and Interpretation*. Oxford and New York: Oxford University Press, 1984.
- Davidson, Donald, "The Structure and Content of Truth." *Journal of Philosophy* 87, June 1990.
- Dewey, John, *Experience and Nature*. In *Later Works of John Dewey*, Vol. 1, Jo Ann Boydston, ed.. Carbondale: Southern Illinois University Press, 1981.
- Dewey, John, *Logic: The Theory of Inquiry*. In *Later Works of John Dewey*, Vol. 12, Jo Ann Boydston, ed.. Carbondale: Southern Illinois University Press, 1986.
- Edel, Abraham, "A Missing Dimension in Rorty's Use of Pragmatism." *Transactions of the Charles S. Peirce Society*. 21, 1985.
- Farrell, Frank B., *Subjectivity, Realism and Postmodernism: The Recovery of the World in Recent Philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- Gouinlock, James, "What is the Legacy of Instrumentalism? Rorty's Interpretation of Dewey." In Herman J. Saatkamp, ed., *Rorty and Pragmatism*. Nashville, TN: Vanderbilt University Press, 1995.

- Haack, Susan, *Evidence and Enquiry: Towards Reconstruction in Epistemology*. Oxford and Cambridge, MA: Blackwell, 1993.
- Haack, Susan, *Manifesto of a Passionate Moderate*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1998.
- Hall, David L., *Richard Rorty: Poet and Prophet of the New Pragmatism*. Albany, NY: State University of New York Press, 1994.
- Kolenda, Konstantin, *Rorty's Humanistic Pragmatism: Philosophy Democratized*. Tampa: University of South Florida Press, 1990.
- Kulp, Christopher B., ed., *Realism/Antirealism and Epistemology*. Lanham, MD: Rowman and Littlefield Publishers, Inc., 1997.
- Langsdorf, Lenore and Smith, Andrew R., eds., *Recovering Pragmatism's Voice: The Classical Tradition, Rorty, and the Philosophy of Communication*. Albany: State University of New York Press, 1995.
- Lavine, Thelma Z., "America & the Contestations of Modernity: Bentley, Dewey, Rorty." In Herman J. Saatkamp, ed., *Rorty and Pragmatism*. Nashville, TN: Vanderbilt University Press, 1995.
- McDowell, John, *Mind and World*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1994.
- Malachowsky, Alan R., ed., *Reading Rorty*. Oxford and Cambridge, MA: Blackwell, 1991.
- Mouffe, Chantal, ed., *Deconstruction and Pragmatism*. London and New York: Routledge, 1996.
- Niznik, Jozef and Sanders, John T., eds., *Debating the State of Philosophy: Habermas, Rorty and Kolakowski*. Westport: Praeger Publishers, 1996.
- Nystrom, Derek and Puckett, Kent, *Against Bosses, Against Oligarchies: A Conversation with Richard Rorty*. Charlottesville, VA: Prickly Pear Pamphlets (North America), 1998.

- Peters, Michael and Ghiraldelli, Paulo, eds., *Richard Rorty: Education, Philosophy, Politics*. Lanham, MD: Rowman and Littlefield Publishers, Inc., 2002.
- Pettegrew, John, ed., *A Pragmatist's Progress? Richard Rorty and American Intellectual History*. Lanham, MD: Rowman and Littlefield Publishers, Inc., 2002.
- Prado, C.G., *The Limits of Pragmatism*. Atlantic Highlands, NJ: Humanities Press, 1987.
- Quine, Willard Van Orman, "Two Dogmas of Empiricism." In *From a Logical Point of View*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1953.
- Saatkamp, Herman J., ed., *Rorty and Pragmatism*. Nashville, TN: Vanderbilt University Press, 1995.
- Sleeper, R.W., *The Necessity of Pragmatism*. New Haven and London: Yale University Press, 1986.

Outros Recursos na Internet

- [Home Page de Richard Rorty](http://www.stanford.edu/~rrorty/) [<http://www.stanford.edu/~rrorty/>]
- [Filósofos Norte Americanos](http://www3.baylor.edu/~Scott_Moore/American.html) (Scott Moore, Baylor University) [http://www3.baylor.edu/~Scott_Moore/American.html]
- [Pensamento Pós-moderno](http://www.cudenver.edu/~mryder/itc_data/postmodern.html) (University of Colorado, Denver, School of Education) [http://www.cudenver.edu/~mryder/itc_data/postmodern.html]

Entradas Relacionadas

[Davidson, Donald](#) | [Dewey, John](#) | [liberalism](#) | [naturalism](#) | [postmodernism](#) | [pragmatism](#) |

[Sellars, Wilfrid](#)

The Stanford Encyclopaedia of Philosophy

[Copyright © 2001](#)

[Bjørn Ramberg](#) [<http://folk.uio.no/bjoerntr/>]

b.t.ramberg@filosofi.uio.no